

**EMENDA Nº - CM**  
(ao PL nº 5343, de 2020)

Suprime-se o art. 36 do Projeto de Lei nº 5343 de 2020.

**JUSTIFICAÇÃO**

O art. 36 do presente PL prevê a alteração das regras do abono salarial, reduzindo o abono salarial para 1/6, sendo proporcional à quantidade de filhos menores.

Essa regra é inconstitucional, infringindo o §3º do art. 239 da CF, uma vez que somente deve ser alterada por Emenda à Constituição e não por lei.

Hoje, o benefício do Abono Salarial, no valor máximo de 1 salário-mínimo, é disponibilizado automaticamente, todos os anos, aos(as) trabalhadores(as) de empresas públicas e privadas que receberam, em média, até 2 salários-mínimos de remuneração nos últimos 12 meses. O cálculo é feito com base na quantidade de meses trabalhados.

Nesse sentido, propomos a presente emenda supressiva, com o objetivo de manter o abono salarial, que objetiva auxiliar os trabalhadores que estão em vulnerabilidade social.

Contamos, portanto, com o apoio dos nobres senadores para o acolhimento desta emenda.

Sala das Sessões,

SENADOR FABIANO CONTARATO

